



Comissão aprova primeira MP de Temer

Reforma administrativa que extinguiu ministérios deve ser agora analisada pelos Plenários da Câmara e do Senado



Gilson Abreu

Colheita de soja no Paraná

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 726/16 aprovou o relatório do deputado Leonardo Quintão, favorável ao texto. Esta foi a primeira MP editada pelo presidente interino Michel Temer, que promoveu uma reforma administrativa para reduzir o número de ministérios. Também foi aprovada a MP 728/16, que recria o Ministério da Cultura. Os textos seguem agora para análise do Plenário da Câmara e depois para o Senado. | 3

Novo parecer inclui a liberação dos jogos pela internet em marco regulatório

O relator Guilherme Mussi apresentou nova proposta para a legalização dos jogos no Brasil. Ele acolheu parte das sugestões propostas pelos integrantes da comissão especial que analisa o tema. Entre elas está a liberação dos jogos pela internet. | 4

A ÚLTIMA MP DE DILMA ANTES DO AFASTAMENTO, que dispõe sobre correção cambial em títulos do agronegócio, foi aprovada em comissão mista e segue para os Plenários da Câmara e do Senado. O texto deve ajudar a captação de recursos para o setor. | 3



Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós

Reconhecimento àquelas que lutam pelos direitos de todas as mulheres

A **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher** homenageará as mulheres cujas ações contribuam para o pleno exercício da cidadania, da defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero no Brasil.

As indicações ao prêmio serão realizadas pelos deputados federais até **31 de agosto, quinta-feira**.

INFORMAÇÕES:

☎ 3216-6961 • 3216-6967

✉ cmulher.decom@camara.leg.br

Comissão de
Defesa dos
Direitos da Mulher



Exposição na Câmara mostra beleza do esporte

O fotógrafo Geovaine de Oliveira traz imagens de atletas em diferentes modalidades em Olimpíadas e Paralimpíadas

Geovaine de Oliveira

O Centro Cultural Câmara dos Deputados apresenta, no corredor de acesso ao Plenário Ulysses Guimarães, a exposição fotográfica “Imagens do Esporte”, de Geovaine de Oliveira. A visitação estará aberta ao público até o dia 21 de setembro.

Em cerca de 70 imagens, captadas em Olimpíadas e Paralimpíadas, o fotógrafo explora a plasticidade dos movimentos de atletas em diferentes modalidades esportivas. No momento, o fotógrafo registrar as Olimpíadas e Paralimpíadas deste ano no Rio de Janeiro.

Natural de Anápolis (GO), Geovaine de Oliveira esteve em diferentes países para registrar os momentos que integram a mostra: nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2008 (Pequim, China); nas Olimpíadas e Paralimpíadas de Inverno de 2014 (Sochi, Rússia); e nos Jogos Pan-americanos e Parapanamericanos de 2011 (Guadalajara, México) e de 2015 (em Toronto, Canadá).



Atleta de paraciclismo, um dos trabalhos do fotógrafo Geovaine de Oliveira em exposição na Câmara dos Deputados até setembro

SERVIÇO

“Imagens do Esporte”, do fotógrafo Geovaine de Oliveira

■ **Local:** Corredor de acesso ao Plenário Ulysses Guimarães

■ **Visitação:** Até 21 de setembro, de segunda a sexta-feira, entrada franca

■ **Horário:** das 9h às 17h

■ **Informações:** 0800-619-619 cultural@camara.leg.br

“Sobre tecidos” apresenta estamparias

A exposição coletiva “Sobre Tecidos”, das artistas Carla de Assis, Liselena Dalla Corte e Mozileide Neri, fica em cartaz na Câmara até 24 de agosto. São 14 obras trabalhadas com estampas sobre tecido, cujo objetivo é resgatar a sensibilidade criativa dos antigos processos manuais de estamparia.

Carla de Assis e Liselena Dalla Corte mostram traba-

lhos individuais e em conjunto, que se entrelaçam e constroem uma nova linguagem, com a sobreposição, rebatimento e fragmentação de cores, formas e texturas.

Já os trabalhos de Mozileide Neri trazem sete monotipias sobre tecido. Depois de criar matrizes de madeira, borracha e acetato e cobri-las com tinta, a artista “carimba” e tinge o pano.

Carla de Assis já apresentou seu trabalho em Brasília, Curitiba, São Paulo, Espanha e Inglaterra. Liselena Dalla Corte foi premiada em 1995 no 2º Salão Novos Artistas Plásticos, em Chapecó (SC), em 1997 pela Secretaria de Cultura de Santa Maria (RS).

Mozileide Neri tem obras em acervos de Niterói (RJ), Maceió (AL), Montenegro (RS) e Novo Hamburgo (RS).

SERVIÇO

“Sobre Tecidos”, de Carla de Assis, Liselena Dalla Corte e Mozileide Neri

■ **Local:** Anexo IV, 10º andar, Galeria de Arte

■ **Visitação:** Até 24 de agosto, de segunda a sexta-feira, entrada franca

■ **Horário:** das 9h às 17h

■ **Informações:** 0800-619-619 cultural@camara.leg.br

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 55ª Legislatura

Presidente: **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**

1º Vice-Presidente
Waldir Maranhão (PP-MA)

2º Vice-Presidente
Giacobo (PR-PR)

1º Secretário
Beto Mansur (PRB-SP)

2º Secretário
Felipe Bornier (Pros-RJ)

3ª Secretária
Mara Gabrielli (PSDB-SP)

4º Secretário
Alex Canziani (PTB-PR)

Suplentes:
Mandetta (DEM-MS)

Gilberto Nascimento (PSC-SP)
Luiza Erundina (PsoL-SP)
Ricardo Izar (PP-SP)

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Secretário: Cleber Verde (PRB-MA)

Diretor-Executivo: Silvério Rios

Diretor de Mídias: Caíque Novis

Diretor de Agência e Jornal:

João Pitella Junior

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 / 1611 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1626

(61) 3216-1500

secom@camara.leg.br

Jornal da Câmara

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Sandra Crespo

Ralph Machado

Diagramadores

Erika Albuquerque

Gilberto Miranda

Renato Palet

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

José Carlos Araújo (PSD-BA)

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos

Lúcio Vale (PR-PA)

Corregedor Parlamentar

Carlos Manato (SD-ES)

Procurador Parlamentar

Claudio Cajado (DEM-BA)

Ouvidor Parlamentar

Nelson Marquzelli (PTB-SP)

Coordenadora dos Direitos da Mulher

Dâmina Pereira (PSL-MG)

Procuradora da Mulher

Elcione Barbalho (PMDB-PA)

Secretário de Relações Internacionais

Átila Lins (PSD-AM)

Diretor-Geral: **Rômulo de Sousa Mesquita**

Secretário-Geral da Mesa: **Sílvio Avelino**

Comissão mista aprova reforma administrativa

Deputados e senadores aprovaram a MP 726/16, a primeira editada por Temer; texto segue para análise do Plenário

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 726/16 aprovou na quarta-feira (10) o relatório do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) favorável ao texto, que segue agora para análise do Plenário da Câmara dos Deputados e depois será votado pelo Senado.

A MP da Reforma Administrativa, a primeira editada pelo presidente da República interino, Michel Temer, extinguiu nove ministérios e órgãos: os ministérios da Cultura; das Comunicações; do Desenvolvimento Agrário; e das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos; as secretarias de Portos; de Aviação Civil; e de Comunicação Social; a Casa Militar e a Controladoria-Geral da União (CGU).

As atribuições dos ministérios extintos foram redistribuídas a outros órgãos já existentes e a duas novas pastas (Transparência, Fiscalização e Controle; e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência). Como consequência dessas alterações, a MP também promoveu criação e transformação de cargos.

O relator destacou que a medida é necessária à readequação da máquina pública e tem impacto significativo no corte de gastos. “Não é tudo, mas é o início de um governo que pretende ser-



Alex Ferreira

O relator, deputado Leonardo Quintão, conversa com o senador Romero Jucá (E) durante a reunião

vir à população, e não servir a interesses de empregados, partidos e políticos”, disse.

Quintão manteve quase a integralidade da versão original, confirmando a recriação do Ministério da Cultura, com ajustes pontuais, como a transferência da Secretaria de Política para as Mulheres – antes no Ministério da Justiça – para a Secretaria de Governo.

Entre as emendas acolhidas, uma garante a devolução do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) à estrutura da Casa Civil da Presidência.

Controladoria - Outra alteração, proposta pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), incorpora ao nome do novo ministério da Transparência a sigla “CGU”. A ideia foi fazer uma contrapartida à

reivindicação dos servidores do órgão, presentes na reunião, que atribuíram à MP o esvaziamento das políticas de combate à corrupção.

O deputado Carlos Zarattini (PT-SP) também criticou a MP, que considera um retrocesso. “A CGU tem papel fundamental para que se evite que ocorram processos de corrupção, não é para corrigir depois que ocorreu

a corrupção, é para prevenir. Então, em troca de economia de pouco recurso, nós estamos perdendo muito em políticas públicas”, afirmou.

Cultura - Já a comissão mista que analisou a Medida Provisória 728/16 aprovou o relatório da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP).

A medida resgata o Ministério da Cultura, recria a Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência e recria a dos Direitos da Pessoa Idosa.

O relatório aprovado altera o texto original da medida. Entre as mudanças, excluiu a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Houve o entendimento de que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) já cumpre esse papel.

A deputada, que é cadeirante, manifestou entusiasmo com a recriação da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculada ao Ministério da Justiça. “A eventual extinção da secretaria caracterizaria retrocesso e violaria convenção das Nações Unidas.”

A MP, que por ter sido modificada passa a tramitar como projeto de lei de conversão (PLV), segue para a análise do Plenário da Câmara e depois será votada pelo Senado.

MP sobre títulos do agronegócio passa com alterações

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 725/16, que autoriza a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) com correção pela variação cambial, aprovou o texto na quarta-feira (10). A matéria segue para votação nos Plenários da Câmara e do Senado.

O relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), incorporou uma série de emendas apresentadas por deputados e senadores, principalmente a que estende aos investidores residentes do País a possibilidade de aquisição de



Ana Volpe/Senado Federal

Carlos Zarattini, presidente da comissão, e Ronaldo Caiado, relator

CRA e CDCA com cláusula de correção em moeda es-

trangeira. O texto original previa esse tipo de correção

somente para investidores de fora do País.

Entretanto, Caiado restringiu essa ampliação aos “investidores qualificados” de acordo com os critérios da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tais como pessoas físicas e jurídicas com aplicações financeiras de pelo menos R\$ 1 milhão.

“Essa alternativa concilia o objetivo de maior captação de recursos para o setor rural sem prejuízo à moeda nacional”, justificou.

Cooperativas - O texto aprovado também permite que os bancos cooperativos possam utilizar, como lastro de emissão de Letra de Cré-

dito do Agronegócio (LCA), título de crédito representativo de repasse interfinanceiro realizado em favor de cooperativa singular de crédito, quando a totalidade dos recursos se destinar a uma operação de crédito rural.

A MP 725/16, última medida provisória editada pela presidente Dilma Rousseff antes de seu afastamento devido à abertura de processo de impeachment, alterou o regulamento dos mecanismos de financiamento do agronegócio baseados em títulos de crédito transacionáveis no mercado (Lei 11.076/04).

Legalização de jogos recebe novo relatório

Relator acolhe sugestões de deputados e apresenta outra versão para projeto que regulamenta jogos de azar no País

Foi apresentado na quarta-feira (10) um novo relatório para a legalização dos jogos no Brasil na comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o assunto. O relator, deputado Guilherme Mussi (PP-SP), acolheu parte das sugestões propostas pelos integrantes do colegiado ao texto anterior, como por exemplo, a liberação dos jogos pela internet, desde que tenha autorização federal, estadual ou municipal.

O deputado destacou o jogo do bicho e o bingo entre os chamados “jogos de fortuna” que o projeto quer autorizar no Brasil. Ele vê a legalização como uma forma de gerar emprego e renda para a população e tributos para a União, os estados e os municípios. Mussi defendeu que estas atividades sejam autorizadas “com diversas restrições e alguns pré-requisitos e critérios”.

Segundo ele, a legalização atrairá para o País “grandes grupos internacionais de cassinos, que seriam os grandes resorts integrados, que trariam mais investimentos para o País”. Este último ponto, que autoriza cassinos apenas em hotéis, que precisam ter um número mínimo de quartos, é um dos itens em que ainda há divergên-



Guilherme Mussi (C) durante discussão na comissão especial que analisa 17 propostas de liberação

cias entre os parlamentares. Outro ponto que ainda não é consensual é a liberação total das máquinas de jogos.

Outra alteração frente ao texto anterior é a previsão de que a obstrução da fiscalização será considerada crime, com pena de reclusão de um a dois anos, e multa.

Com as mudanças apresentadas nesta última versão do relatório, o presidente da comissão especial, deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), acredita que será possível votar a proposta no colegiado nas próximas semanas. “A nossa tentativa é de construir um consenso. Acho que

chegou a 99% da comissão, salvo aqueles que são efetivamente contra o jogo”, destacou Nascimento.

Análise - O deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) disse que vai analisar mais detalhadamente o relatório para decidir se mantém ou não o voto em separado que apresentou no início do mês.

Já o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) reafirmou que vai votar contra a proposta, porque não concorda com a legalização dos jogos no Brasil. “Outros países que têm jogatina, como Estados Unidos, Canadá e países europeus, todos estão muito

preocupados com o vício, chamado ludopatia. A ludopatia é tão pernicioso ao ser humano quanto a droga e o alcoolismo.”

Mas os que são contra a proposta são minoria no colegiado. A estimativa do deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP) é que sejam apenas três votos contra dos 26 integrantes da comissão.

A deputada Renata Abreu (PTN-SP), que já adiantou que votará a favor da legalização, fez algumas sugestões de aprimoramento ao projeto. “O jogo é uma alternativa para o aumento de impostos, que eu sou contra. Acho

“A nossa tentativa é de construir um consenso. Acho que chegou a 99% da comissão, salvo aqueles que são efetivamente contra o jogo.”

Deputado Elmar Nascimento

“Outros países que têm jogatina, como Estados Unidos, Canadá e países europeus, todos estão muito preocupados com o vício, chamado ludopatia.”

Deputado Luiz Carlos Hauly

que tem que legalizar, regulamentar, fazer um controle, inclusive da questão dos viciados.”

Propostas - A Comissão Especial do Marco Regulatório dos Jogos no Brasil analisa 17 projetos de lei (PL 442/91 e 16 apensados), quatro deles em tramitação há 25 anos na Câmara. Ao mesmo tempo, outra proposta sobre o mesmo assunto está sendo avaliada pelo Senado.

Caberá à Casa que aprovar primeiro (Câmara ou Senado) a palavra final sobre o texto que será entregue para virar lei se sancionado pela Presidência da República.

PROJETO

Aprovada semana pela não violência contra a mulher

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou a criação, no calendário nacional, de uma semana nacional pela não violência contra a mulher, a ser comemorada anualmente na última semana de novembro. Na ocasião, serão realizadas palestras, debates, seminários e outros eventos destinados a esclarecer e conscientizar a sociedade sobre a violação dos direitos das mulheres.

A medida está prevista no Projeto de Lei 2638/07, apresentado pelo deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), e recebeu parecer favorável do relator na CCJ, deputado Rubens

Pereira Júnior (PCdoB-MA). A análise na comissão restringiu-se aos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa da matéria.

O projeto foi aprovado com emenda acolhida anteriormente pela Comissão de Seguridade Social e Família. A emenda substituiu a expressão “de combate à violência” por “pela não violência” na proposta. Além da Comissão de Seguridade, o texto também já havia sido aprovado pela Comissão de Educação.

Pesquisas - Ao apresentar a proposta, Chico Lopes mencionou pesquisas que apontam a violência contra a mulher como um dos gra-



Rubens Pereira Júnior deu parecer favorável ao projeto na CCJ

ves problemas existentes no País, apesar dos avanços trazidos pela Lei Maria da Penha (11.340/06).

“Não podemos banalizar

a violência contra a mulher, está dentro das famílias brasileiras. É imprescindível a realização de campanhas para esclarecimento e conscien-

“Não podemos banalizar a violência contra a mulher, está dentro das famílias brasileiras.”

Deputado Chico Lopes

tização, com o objetivo de que as mulheres submetidas a qualquer tipo de violência doméstica tornem públicas essas agressões”, defendeu Chico Lopes.

Tramitação - Por tramitar em caráter conclusivo, o texto segue agora para o Senado, a menos que haja recurso para que seja analisado também pelo Plenário da Câmara.